

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA Conselhos Superiores

Ata da Reunião Extraordinária Conjunta do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às quatorze horas e 1 2 quatro minutos, reuniram-se, por videoconferência e com transmissão ao vivo, em caráter extraordinário, os membros do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino, Pesquisa 3 e Extensão sob a presidência da Magnífica Reitora Pro Tempore, Professora Iracema 4 5 Santos Veloso, que presidiu a sessão a partir da sala de Reuniões do Prédio da Administração Central, em Barreiras/BA, contando com a presença do Vice-Reitor Pro 6 Tempore, Professor Jacques Antonio de Miranda, do Pró-Reitor de Tecnologia da 7 8 Informação e Comunicação, David Dutkievicz, da Pró-Reitora de Administração e Infraestrutura, Professora Adriana Migliorini Kieckhöfer, da Representante da Pró-9 Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação, Professora Daniela Cristina Calado, 10 da Pró-Reitora de Graduação e ações Afirmativas, Professora Anatália Dejane Silva de 11 Oliveira, do Diretor Pro Tempore do Centro das Ciências Biológicas e da Saúde, 12 Professor Rafael da Conceição Simões, do Coordenador da Coordenação Geral dos 13 Núcleos Docentes do Centro das Ciências Exatas e das Tecnologias, Professor 14 Weriskiney Araújo Almeida, do Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento 15 Institucional, Professor Poty Rodrigues de Lucena, do Pró-Reitor de Gestão de Pessoas, 16 Marcos Aurélio Souza Brito, do Pró-Reitor de Extensão e Cultura, Professor Paulo 17 Roberto Baqueiro Brandão, do Diretor Pro Tempore do Centro das Humanidades, 18 Professor Prudente Pereira de Almeida Neto, do Coordenador da Coordenação Geral 19 dos Núcleos Docentes do Centro das Ciências Biológicas e da Saúde, Professor Bruno 20 21 Klecius Andrade Teles, da representante do Técnicos Administrativos em Educação, Simone Leal Souza Coité, do Diretor Pro Tempore do Centro Multidisciplinar de Luís 22 Eduardo Magalhães, Professor Raphael Contelli Klein e do Vice-Coordenador da 23 Coordenação Geral dos Núcleos Docentes do Centro Multidisciplinar de Luís Eduardo 24 Magalhães, Professor Alexsandro Mendes Zimer, que se encontravam na sala de 25 videoconferência do campus de Luís Eduardo Magalhães, do Vice-Diretor Pro Tempore 26 do Centro Multidisciplinar de Bom Jesus da Lapa, Professor Tony Silva Almeida e da 27 Coordenadora da Coordenação Geral dos Núcleos Docentes do Centro Multidisciplinar 28 de Bom Jesus da Lapa, Professora Tayse Dantas Rebouças Santos Ribeiro, que se 29 encontravam na sala de videoconferência daquele campus, do Diretor Pro Tempore do 30 Centro Multidisciplinar de Santa Maria da Vitória, Professor Cícero Félix de Souza e 31 da Vice-Diretora Pro Tempore do Centro Multidisciplinar de Santa Maria da Vitória 32 Representando a Coordenadora da Coordenação Geral dos Núcleos Docentes do Centro, Professora Vera Regiane Brescovici Nunes, ambos presentes na sala de videoconferência do campus de Santa Maria da Vitória, do Vice-Diretor Pro Tempore do Centro Multidisciplinar de Barra, Professor Jairo Torres Magalhães Júnior e do 36 representante dos discentes, Paulo Fernando Rocha de Oliveira, presentes na sala de 37 videoconferência do campus de Barra, para tratarem da seguinte pauta: 1) Apreciação do 38 Regimento Geral da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). A Magnífica

Reitora Pro Tempore, Professora Iracema Santos Veloso, cumprimentou a todos os conselheiros presentes em Barreiras e aos que se encontravam nos campi de Barra, Bom Jesus da Lapa, Luís Eduardo Magalhães e Santa Maria da Vitória, e deu início à reunião. Informou a todos que essa era a primeira reunião para apreciação do Regimento Geral e que a comissão foi formada por um representante de cada categoria mais um representante da Reitoria. Em seguida, passou a palavra ao Conselheiro Jacques Miranda, representante da Reitoria, para relatar os registros feitos pela comissão no processo de elaboração da minuta. Com a palavra, o conselheiro Jaques Miranda fez a leitura do relato de como ocorreram as etapas de elaboração, bem como da síntese geral com os principais pontos abordados no texto base da minuta do Regimento Geral pela comissão designada pela Portaria 277/2017, retificada pela Portaria 287/2017, e depois complementada pela Portaria 288/2017. O conselheiro Jacques Miranda explicou ainda que a comissão seguiu a estrutura sugerida pela Lei de Diretrizes e Bases e as instruções do Ministério da Educação. Em seguida, a Presidente passou a palavra aos demais integrantes da comissão para que fizessem as contribuições. Com a palavra, a conselheira Simone Coité falou da importância do momento histórico, do diálogo e do crescimento profissional possibilitado pelas discussões da comissão e conclamou a comunidade acadêmica a contribuir com as discussões da minuta do Regimento Geral, a fim de que os anseios de todos os seguimentos fossem ouvidos Com a palavra, o conselheiro Paulo Fernando, representante dos discentes, relatou que o trabalho da comissão foi inicial e culminou com a elaboração da minuta, mas que agora, o conselho tem a responsabilidade de fazer os ajustes e integrar as contribuições da comunidade acadêmica. Com a palavra, a comissão representada pelo conselheiro Jacques Miranda começou a apresentação do documento a partir da estruturação dos elementos textuais, sumários, títulos, capítulos e sessões, e explicou que o papel do Regimento Geral é definir, regulamentar e instruir o funcionamento dos órgãos. O ponto principal do documento surge a partir do Título II, que trata da gestão universitária, entretanto tem os elementos iniciais que são a apresentação das disposições iniciais do regimento que faz a ligação entre o que está presente no estatuto e aquilo que ficou definido como função de regulamentação por parte do Regimento Geral. Assim, o documento foi dividido da seguinte forma, o Título I trata das disposições preliminares e faz uma apresentação geral daquilo que é inerente aos próprios órgãos. Foi feita uma previsão e já foi inserida a ideia da divisão das unidades dos Centros multidisciplinares e do provimento dos cargos de direção. O Título II, trata da definição, organização e normatização do funcionamento da Universidade a partir do processo de gestão universitária. Já prevendo uma solicitação com base na legislação vigente, foi inserido também no ponto da gestão a relação da Universidade com as fundações de apoio e os órgãos que foram definidos a partir de legislação externa, tais como ouvidoria e auditoria interna. Após a apresentação geral do Regimento, o Conselheiro Jacques Miranda iniciou a leitura do texto. O conselheiro Prudente Pereira solicitou a fala e propôs que a discussão do texto fosse iniciada pelos pontos mais polêmicos, a Presidente disse havia feito a mesma proposta, mas a Comissão orientou que o texto fosse discutido passo a passo, já que os Conselheiros não conhecem o texto integral. O Conselheiro Poty Lucena concordou com a proposição, para que houvesse melhor aproveitamento do tempo e parabenizou a comissão pela elaboração da proposta do Regimento. Após discussões, foi deliberado, por consenso, que a discussão fosse feita passo a passo. O conselheiro Jacques Miranda deu continuidade à leitura do texto. Finalizada a leitura do parágrafo terceiro do Capítulo I, a Presidente colocou em discussão. Com a palavra, a Conselheira Anatália

81 82 83

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

84 85 86

Oliveira parabenizou o trabalho desenvolvido pela comissão e sugeriu revisão da redação dos parágrafos primeiro, segundo e terceiro. O conselheiro Jacques Miranda deu continuidade à leitura a partir do artigo terceiro. Com a palavra, o professor Prudente Almeida questionou sobre a corresponsabilidade do Centro Multidisciplinar da Gestão do Ensino na UFOB, da qual trata o artigo. Para o conselheiro o centro assume uma responsabilidade efetiva, inclusive responde além das questões acadêmicas, administrativas e judiciais. Com a palavra, a conselheira Anatália Oliveira concordou com a colocação do conselheiro Prudente Pereira de que a gestão acadêmica deve ser de responsabilidade do Centro Multidisciplinar e chamou a atenção para o peso da responsabilidade colocada no Núcleo Docente Estruturante (NDE) no parágrafo segundo do artigo terceiro, já que a função do NDE é assessorar o Colegiado do Curso e sugeriu a modificação da redação. O conselheiro Poty Lucena concordou com as colocações dos conselheiros Prudente Pereira e Anatália Oliveira, e sugeriu a troca do termo "corresponsabilidade" pelo termo "responsabilidade" no artigo terceiro. A presidente concordou que era necessário definir o Centro como responsável pela gestão do ensino e que as Pró-Reitorias não vão deixar de dar o apoio necessário e sugeriu a continuidade das discussões. A conselheira Simone Coité deu continuidade à leitura da Sessão II, que trata da pesquisa até o parágrafo oitavo. Após a leitura, a Presidente solicitou aos presentes que fizessem as contribuições. Com a palavra, o conselheiro Prudente Pereira questionou sobre a natureza do convênio tratada no parágrafo seis do artigo quarto. O conselheiro Jacques Miranda esclareceu que foi escolhido o termo "convênio", mas outros termos poderiam ter sido utilizados, tais como: contrato e instrumento jurídico assemelhado. A ideia foi simplificar. O conselheiro Prudente Pereira sugeriu que o contrato poderia ser celebrado com qualquer instituto de parceria. O conselheiro Jacques explicou que a ideia era possibilitar ao docente participar de outras atividades fora da UFOB, para tanto, a comissão tomou por base a lei de inovação que alterou as permissões ao docente do regime de dedicação exclusiva, mas as permissões estão vinculadas a um regime jurídico específico e a Universidade tem que adequar os seus instrumentos àqueles que estão previstos na lei. A UFOB pode desenvolver projetos em conjunto com outras instituições, já prevendo o intercâmbio de pessoal sem criar vínculo empregatício. A conselheira Anatália Oliveira sugeriu a modificação da redação do artigo quarto a fim de melhorar o sentido do texto. Após discussões, a conselheira Simone Coité continuou a leitura do artigo quinto e seus parágrafos. O conselheiro Bruno Teles questionou sobre a autoridade do Centro para o impedimento de possíveis propostas de pesquisa apresentadas pelos docentes. A Conselheira Adriana Migliorini sugeriu a correção da redação a fim de melhorar o texto e a supressão do parágrafo primeiro. A Conselheira Anatália Oliveira também sugeriu a modificação da redação e a inversão dos parágrafos cinco e seis. Em tempo, informo que a Conselheira Anatália Oliveira se retirou da sessão. A Presidente retomou ao questionamento do conselheiro Bruno Teles e sugeriu que em caso de não aprovação da proposta pelo Centro responsável, o pesquisador proponente interponha um recurso. Com a palavra o conselheiro Poty Lucena afirmou que o órgão mais competente para julgar uma pesquisa é o Centro no qual o docente está alocado, e, portanto, este deve deliberar se a realização de uma determinada pesquisa é ou não pertinente, frente aos objetivos institucionais e ao alinhamento estratégico dos planos e objetivos daquele Centro. O Conselheiro Rafael Simões afirmou que comungava da questão levantada pelo conselheiro Bruno Klecius, e destacou que a análise do Conselho Diretor é realizada com base na contrapartida da Universidade, bem como na viabilidade

87

88

89

90 91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

131

da implementação, mas muitas vezes o Centro tem apenas um especialista em determinada área, nesse sentido, nem sempre o conselho vai conseguir se debruçar sobre o mérito científico, já que não tem especialistas suficientes para fazer um melhor acompanhamento, a menos que envie aquela proposta para uma consulta adoc, o que geraria um problema, pois burocratizaria ainda mais o processo, e acrescentou que o professor pesquisador precisa ter liberdade e chatividade científica. A Presidente afirmou que em uma Universidade Pública dificilmente o pesquisador será impedido de realizar uma pesquisa. O Conselheiro Poty Lucena, destacou que o papel do Centro é estrategista, e mesmo que haja dificuldade financeira por parte da Universidade para a realização da proposta, se essa for boa, o Centro deve buscar outras alternativas, ou seja, outras formas de angariar fundos, ou fazer parcerias para que a pesquisa seja desenvolvida. O conselheiro Jacques Miranda destacou que as normas operacionais devem ser definidas pelo Centro e pela Pró-Reitoria especializada; Finalizadas as discussões, a Conselheira Simone Coité continuou a leitura dos artigos sexto e sétimo, o conselheiro Bruno Teles questionou como foi pensada a distribuição de encargos. O conselheiro Jaques Miranda respondeu que a distribuição dos encargos estava sendo definida, e que a referência feita aos encargos não está relacionada ao ensino, mas à contratação no regime de 40 horas com dedicação exclusiva ou de vinte horas. Encerradas as discussões, a conselheira Simone Coité iniciou a leitura do artigo oitavo da Seção III, que trata da Extensão. Com a palavra, o conselheiro Paulo Baqueiro parabenizou a comissão pela realização do trabalho e sugeriu que fosse acrescentado no artigo primeiro um eixo referente ao desenvolvimento regional, já que a Universidade busca ampliar a sua vocação como uma Universidade de Região e sugeriu a reescrita da redação do artigo. O conselheiro Jacques Miranda sugeriu a retirada do parágrafo terceiro, seguindo a lógica da seção de trata da Pesquisa. O professor Bruno Teles questionou a necessidade da obrigatoriedade das publicizações dos resultados das atividades de extensão. O conselheiro Jacques Miranda informou que a publicização dos resultados é necessária para dar conhecimento às pessoas que não foram selecionados para a atividade. Finalizadas as discussões, a conselheira Simone Coité continuou com a leitura de artigo décimo. O conselheiro Rafael Simões sugeriu a alteração na redação do artigo décimo. Os conselheiros Paulo Baqueiro e Bruno Teles questionaram a redação do artigo, pois o mesmo não está claro se o aluno pode ou não ser proponente de atividade de extensão. A Presidente destacou que os discentes não podem propor atividade de extensão sozinhos, as propostas devem ser sempre coordenadas pelos docentes. O conselheiro Paulo Baqueiro reiterou que existem atividades que os estudantes podem participar como membros da equipe executora, mas não podem ser coordenadores, já que existem responsabilidades que são exclusivas dos docentes. A Presidente do Conselho, Professora Iracema Veloso, suspendeu a reunião às dezoito horas e quatro minutos. Às oito horas e quatro minutos do dia vinte e oito de setembro de dois mil e dezoito, a reunião foi retomada por videoconferência e com transmissão ao vivo, sob a presidência da Magnífica Reitora Pro Tempore, Professora Iracema Santos Veloso, que presidiu a sessão a partir da sala de Reuniões do Campus Reitor Edgard Santos, em Barreiras/BA, contando com a presença do Vice-Reitor Pro Tempore, Professor Jacques Antonio de Miranda, do Pró-Reitor de Tecnologia da Informação e Comunicação, David Dutkievicz, da Pró-Reitora de Administração e Infraestrutura, Professora Adriana Migliorini Kieckhöfer, da Representante da Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação, Professora Daniela Cristina Calado, da Pró-Reitora de Graduação e ações Afirmativas, Professora Anatália Dejane Silva de

Arthur Sharkon

179

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160 161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

6

ora Anatana Dejano

Oliveira, do Coordenador da Coordenação Geral dos Núcleos Docentes do Centro das 181 Ciências Exatas e das Tecnologias, Professor Weriskiney Araújo Almeida, do Pró-182 Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, Professor Poty Rodrigues de 183 Lucena, do Pró-Reitor de Gestão de Pessoas, Marcos Aurélio Souza Brito, do Pró-184 185 Reitor de Extensão e Cultura, Professor Paulo Roberto Baqueiro Brandão, do Diretor Pro Tempore do Centro das Humanidades, Professor Prudente Pereira de Almeida 186 187 Neto, do Coordenador da Coordenação Geral dos Núcleos Docentes do Centro das Ciências Biológicas e da Saúde, Professor Bruno Klecius Andrade Teles, da 188 189 representante do Técnicos Administrativos em Educação, Simone Leal Souza Coité, do Diretor Pro Tempore do Centro Multidisciplinar de Luís Eduardo Magalhães, Professor 190 Raphael Contelli Klein e da Coordenadora da Coordenação Geral dos Núcleos Docentes 191 do Centro Multidisciplinar de Luís Eduardo Magalhães, Professora Danuzza Dias 192 Cavalcante, que se encontravam na sala de videoconferência do campus de Luís Eduardo 193 194 Magalhães, do Vice-Diretor Pro Tempore do Centro Multidisciplinar de Bom Jesus da Lapa, Professor Tony Silva Almeida e da Coordenadora da Coordenação Geral dos 195 Núcleos Docentes do Centro Multidisciplinar de Bom Jesus da Lapa, Professora Tayse 196 Dantas Rebouças Santos Ribeiro, que se encontravam na sala de videoconferência 197 daquele campus, do Diretor Pro Tempore do Centro Multidisciplinar de Santa Maria da 198 Vitória, Professor Cícero Félix de Souza e da Vice-Diretora Pro Tempore do Centro 199 Multidisciplinar de Santa Maria da Vitória Representando a Coordenadora da 200 Coordenação Geral dos Núcleos Docentes do Centro, Professora Vera Regiane 201 Brescovici Nunes, ambos presentes na sala de videoconferência do campus de Santa 202 Maria da Vitória, do Vice-Diretor Pro Tempore do Centro Multidisciplinar de Barra, 203 Professor Jairo Torres Magalhães Júnior e do representante dos discentes, Paulo 204 Fernando Rocha de Oliveira, presentes na sala de videoconferência do campus de Barra, 205 para dar prosseguimento à reunião. A Reitora Pro Tempore, Professora Iracema Santos 206 Veloso, cumprimentou a todos os conselheiros presentes em Barreiras e aos que se 207 encontravam nos campi de Bom Jesus da Lapa, Luís Eduardo Magalhães, Barra e Santa 208 Maria da Vitória. Em seguida, deu continuidade à reunião iniciada pela manhã e 209 perguntou se algum conselheiro gostaria de fazer alguma contribuição no artigo nono, 210 anterior. O conselheiro Poty Lucena voltou atrás na fala do dia anterior e concordou que a proposição de projetos de ensino, pesquisa e extenção de: 211 212 a proposição de projetos de ensino, pesquisa e extensão deviam ser feitas por toda a 213 comunidade universitária. O Conselheiro Bruno Teles reiterou a fala do dia anterior e 214 disse não concordar, já que existem cursos propostos em que os alunos são os 215 responsáveis pela proposição das atividades. O conselheiro Jacques Miranda chamou a 216 atenção para a necessidade elencar os itens que serão avaliados e criar as normas 217 operacionais, é necessário definir se o proponente será o coordenador. O conselheiro 218 Raphael Klein demonstrou a mesma preocupação do conselheiro Bruno Teles e destacou 219 que a raiz do problema talvez seja a palavra proponente. Acrescentou a necessidade de 0220 registrar a ideia do aluno, para tanto ele não precisa aparecer na proposta como 221 proponente, mas como idealizador, no entanto, é preciso verificar os casos nos quais o aluno não encontre nenhum servidor que se disponibilize a ser proponente da sua ideia. 223 O Conselheiro Jairo Torres expôs a preocupação de garantir que o proponente seja o 224 discente, desde que tenha um responsável institucional que possa responder pela 225 solicitação de material e transporte. A conselheira Anatália Oliveira ressaltou a importância de todos os membros da comunidade acadêmica proporem atividades e

N 222

depois a Universidade criar uma regulamentação específica. Após discussões, a Presidente sugeriu que o artigo nono e o parágrafo terceiro fossem destacados para retomarem as discussões posteriormente, dando continuidade à leitura do texto a fim de conhecer primeiro o documento. O conselheiro Jacques Miranda deu continuidade à leitura do Capítulo II, que trata Dos Títulos Universitários e dignidades acadêmicas concedidas. Após a leitura, a Presidente informou que está havendo uma mudança na emissão do diploma, que antes era assinado pelo coordenador do Curso e agora passa a ser assinado pelo diretor do Centro. Informou ainda que os diplomas vão passar a ser eletrônicos e o servidor utilizará a assinatura eletrônica para validar o diploma. Com a palavra, o conselheiro David Dutkievicz informou que o Decreto 330/2018 dá o prazo de vinte e quatro meses para que todas as Universidades emitam o diploma apenas eletrônico, para tanto, e assinatura é pelo ICP-Brasil, que é um tipo de chave. A UFOB tem até dois mil e vinte para emitir o diploma eletrônico. Para isso o aluno e o diretor precisam ter a assinatura eletrônica, isso acarreta no aumento de custos, já que a assinatura é individual. A Presidente expôs a preocupação com a assinatura do estudante, já que é individual. O professor Jaques explicou que o Diploma para fins de registro deve constar a assinatura do estudante, uma vez que é um documento pessoal, e a questão de o diplomado não assinar deve ser vista com mais prudência, já que em outros documentos como RG já podem ser assinados com a leitura ótica. Com a palavra, o conselheiro Marcos Aurélio citou a portaria do ano de mil novecentos e setenta e oito do MEC que normatiza a emissão dos diplomas nas Universidades e é necessário contar a assinatura do Reitor, do Diretor e do Diplomado. O conselheiro Jacques Miranda deu continuidade à leitura do artigo treze, que trata da emissão de certificados e do quatorze que trata dos títulos honoríficos. Após leitura, a Presidente questionou se há limite no quantitativo de títulos concedidos anualmente e porque a indicação para os técnicos administrativos não pode ser feita pela unidade de lotação. Com a palavra, o conselheiro Jacques Miranda explicou que nem todos os técnicos estão lotados em um Centro. A Presidente destacou que todos os servidores estão com unidades de lotação definidas, os que não fazem parte do Centro estão em algum órgão, dessa forma, a unidade de lotação que deve ser responsável pela construção do documento com a história do servidor, e só depois irá para a comissão do conselho analisar. A conselheira Adriana Migliorini, propôs que a unidade de locação do servidor encaminhe o pedido com justificativa ao conselho ou à presidência do conselho. A Presidente sugeriu que as propostas fossem decididas posteriormente. O conselheiro Jacques Miranda informou que a solicitação de concessão de título não precisa emanar necessariamente da Universidade, mas outras organizações da comunidade também podem solicitar. O conselheiro Jacques continuou a leitura dos artigos décimo quinto e décimo sexto. A conselheira Simone Coité expôs o Capítulo III, referente à criação do Centro Multidisciplinar, e destacou o cuidado da comissão na elaboração desse artigo e apresentou o capítulo dezessete. Com a palavra, o conselheiro Prudente Pereira sugeriu que a áreas de Letras e Artes deviam ser desvinculadas e o campo das Artes deve ser colocado como uma grande área. A Presidente questionou qual foi o critério utilizado pela comissão para fazer a classificação das áreas. Com a palavra, o conselheiro Raphael Klein destacou a preocupação com área da Engenharia de Biotecnologia, já que na tabela da Capes não tem essa classificação. Com a palavra, o conselheiro Jacques Miranda informou que a ideia era pegar o que estava previsto no estatuto da definição dos centros como unidade e buscar uma organização para esta unidade. A Comissão procurou reconhecer a definição feita pelos pesquisadores das

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

grandes áreas do conhecimento que foram reconhecidas no âmbito geral do Brasil, vinculadas aos grupos de pesquisa que reconhecem como sendo a árvore do conhecimento dividida em oito grupos, e destacou que a divisão é possível, desde que respeite a construção do Centro Multidisciplinar. A conselheira Anatália Oliveira destacou que a Capes e o CNPQ tem trabalhado quase que com a mesma classificação das áreas de conhecimento e corroborou com a proposição do conselheiro Prudente Pereira, por conta da especificidade e natureza da área de Artes, que precisa ser fortalecida para dar uma identidade à região e à Universidade. Após discussões, a conselheira Simone Coité procedeu à leitura do artigo. Com a palavra, o conselheiro Prudente Pereira destacou a preocupação com inciso quarto, que faz referência à criação de novos regulamentos a juízo do Conselho Universitário. O conselheiro Jaques Miranda destacou que o regimento é quem vai orientar como será feita e organização dos Centros Multidisciplinares. Definir o número de cursos e agregar as áreas de conhecimento são itens necessários para a criação de um Centro. Com a palavra, a conselheira Anatália Oliveira demostrou preocupação em relação ao inciso segundo que pretende vincular um curso de pósgraduação stricto sensu dentro da própria política de educação superior, são os cursos de graduação fortalecidos e consolidados que vão gerar a possibilidade de criação de uma pós-graduação. O conselheiro Raphael Klein também demonstrou preocupação com o parágrafo segundo do artigo oitavo que trata da oferta obrigatória de no mínimo três cursos de graduação e um curso de pós-graduação, pois o campus de Luiz Eduardo Magalhães, assim como os demais campi fora de sede ofertam apenas dois cursos de graduação, a oferta da pós-graduação é uma preocupação, dadas as condições dos compi e o cenário político atual do país. A pós-graduação strito sensu teria que ser liberada pelo MEC e pela Capes, o que não depende só do Centro. O conselheiro Jacques Miranda falou que a tendência do país hoje é aumentar cada vez mais os programas de pós-graduação strito senso, a universidade está formando quadros cada vez mais qualificados, por mais que seja desafiador criar novos programas de pós-graduação eles abrem possibilidades de fortalecer grupos de pesquisas e de fixação de pessoal, o que não significa priorizar a pósgraduação em detrimento da graduação, mas é necessário dar uma sequência na formação dos estudantes, por maiores que sejam os desafios esse é um caminho que precisa ser trilhado. Com a palavra, o conselheiro Weriskiney Araújo afirmou que estava em dúvida em relação ao parágrafo quinto com relação à interdisciplinaridade e complementaridade com os demais Centros existentes, segundo ele, a escrita ficou muito geral. O Conselheiro Jacques Miranda explicou que a complementaridade era algo que era apontado, já que nem sempre é possível ter todas as áreas de conhecimento fixas em um único centro, um centro pode depender da complementação da área de conhecimento vinda de outro, é o que já acontece por exemplo aqui, no CCET não tem oferta da área de conhecimento de ciências biológicas, ciências humanas e nem de ciências sociais aplicadas, porque assim como os demais centros não oferta áreas de conhecimento que estão vinculadas somente ao CCET, então isso se compreende como complementaridade e a interdisciplinaridade foi colocada no sentido de permitir cooperação entre os Centros. A conselheira Daniela Calado concordou com o conselheiro Jacques Miranda, pois a UFOB vem trabalhando no sentido de que cada unidade tenha seu programa de pós-graduação e isso está relacionado ao tempo de amadurecimento das unidades, passando pela qualificação e fixação de docentes no Centro, é um trábalho conjunto da Reitoria, Pró-Reitorias e dos Centros Multidisciplinares. O conselheiro Jairo Torres também questionou se as ofertas obrigatórias mínimas serão colocadas como critério e o que ocorre se os Centros não

114 115 116 116

> 318 319

320

275

276 277

278

279280

281

282

283 284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304 305

306

307

308

309

310

311

312

313

317

321

8

#.

De de la company

ros não

alcançarem esses critérios. Sugeriu que o parágrafo quinto fosse colocado como um princípio de criação e não como um critério. A Presidente registrou que pelo que está proposto os Centros já existentes não seriam submetidos a essas regras, mas elas serão válidas para a criação de novos Centros, e sugeriu que a redação fosse melhorada para ficar mais claro. O conselheiro Raphael Klein corroborou com a proposição da Presidnete de que a preocupação da comissão era colocar as regras apenas nos casos de criação e funcionamento de novos centros. A Presidente destacou que o regimento é para o futuro, e não está sendo pensado na situação atual. A conselheira Anatália Oliveira concordou com a sugestão da Presidente e reiterou a necessidade de modificar a redação para deixar o texto mais claro. A conselheira Simone Coité colocou que a preocupação era ter uma norma legal que fomentasse a criação de cursos de pós-graduação strito senso na UFOB, tendo em vista a carência desses cursos na região e por toda demanda que temos, por exemplo, na área de educação. Pois não temos nenhuma instituição pública da região que oferte esses cursos. A Conselheira deu continuidade à leitura do artigo décimo nono. O conselheiro Prudente Pereira questionou que o capítulo três trata da criação dos Centros, mas foi ampliado para tudo, fusão, extinção e alteração. Com a palavra, o conselheiro Jacques Miranda concordou com a colocação do conselheiro e propôs que o título do capítulo fosse revisto, visto que o regulamento define a estrutura e regulamenta a organização e o funcionamento. A conselheira Anatália Oliveira propôs que fosse realizada a organização dos artigos. A Presidente propôs que se separasse nos artigos os critérios para a criação de Centros e de Campus. A conselheira Simone Coité pediu aos representantes do conselho que solicitassem as contribuições de seus pares nas discussões. O conselheiro Jacques Miranda deu continuidade à leitura dos artigos vigésimo primeiro e vigésimo terceiro. Após leitura, o conselheiro Prudente Pereira destacou o zelo da comissão na elaboração do artigo. A conselheira Simone Coité apresentou o capítulo quinto, que trata das Entidades de Representação. Após leitura, o conselheiro Poty Lucena sugeriu a alteração da ordem dos incisos e modificação da redação. Com a palavra, o conselheiro Prudente Pereira questionou a que se refere a vinculação das entidades profissionais. O conselheiro Jacques Miranda esclareceu que se refere às entidades representativas da UFOB. A Presidente sugeriu que as entidades não fossem especificadas no parágrafo segundo, mas destacou que a proposta poderia ser discutida depois com mais profundidade. O conselheiro Jacques Miranda deu continuidade à leitura dos articos victorios continuidade à leitura dos artigos vigésimo quarto, vigésimo quinto, vigésimo sexto, vigésimo sétimo e vigésimo oitavo. O conselheiro Jacques Miranda destacou que o capítulo não tem necessidade de fazer parte de um regimento geral, foi usado como princípio de orientação para definir a estruturação. A conselheira Anatália Oliveira destacou a importância de manter o capítulo para dar um caráter de regimento e de concepção de universidade. O conselheiro Poty Lucena parabenizou a comissão pela elaboração do texto do Regimento e sugeriu a alteração da redação do inciso sete do parágrafo um do artigo vinte e seis para melhorar o entendimento. A conselheira Simone Coité deu continuidade à leitura do capítulo dois, que trata das instancias colegiadas e deliberativas. Após a leitura, o conselheiro David Dutkievicz sugeriu a modificação da ordem dos parágrafos para seguir uma lógica. Com a palavra, o conselheiro Jacques Miranda justificou que como as instâncias colegiadas já foram descritas no estatuto a ideia foi fazer referência ao estatuto que define as instâncias colegiadas. Após discussões, a conselheira Simone Coité deu continuidade à leitura do texto. O conselheiro Poty Lucena sugeriu a correção da redação do artigo, a fim de dar mais clareza ao texto. O

362

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352 353

354

355

356

357

358

359

360

361

363

364

365

369 conselheiro Jaques Miranda justificou que a quantidade de representantes nos conselhos atende tanto aos conselhos do Centro que tem um número menor, quanto àqueles que tem 370 um número maior. Às doze horas e quatro minutos, a Presidente do Conselho, Professora 371 Iracema Santos Veloso, suspendeu a Reunião Extraordinária Conjunta do Conselho 372 Universitário e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do 373 Oeste da Bahia agradecendo à presença de todos. Às quatorze horas e dezessete 374 minutos, a reunião foi retomada por videoconferência e com transmissão ao vivo, sob a 375 376 presidência da Magnífica Reitora Pro Tempore, Professora Iracema Santos Veloso, que 377 presidiu a sessão a partir da sala de Reuniões do Campus Reitor Edgard Santos, em 378 Barreiras/BA, contando com a presença do Vice-Reitor Pro Tempore, Professor Jacques 379 Antonio de Miranda, do Pró-Reitor de Tecnologia da Informação e Comunicação, David Dutkievicz, da Pró-Reitora de Administração e Infraestrutura, Professora 380 Adriana Migliorini Kieckhöfer, da Representante da Pró-Reitora de Pós-Graduação, 381 Pesquisa e Inovação, Professora Daniela Cristina Calado, da Pró-Reitora de Graduação 382 e ações Afirmativas, Professora Anatália Dejane Silva de Oliveira, do Coordenador da 383 Coordenação Geral dos Núcleos Docentes do Centro das Ciências Exatas e das 384 Tecnologias, Professor Weriskiney Araújo Almeida, do Pró-Reitor de Gestão de 385 Pessoas, Marcos Aurélio Souza Brito, do Diretor Pro Tempore do Centro das 386 Humanidades, Professor Prudente Pereira de Almeida Neto, do Coordenador da 387 Coordenação Geral dos Núcleos Docentes do Centro das Ciências Biológicas e da Saúde, 388 Professor Bruno Klecius Andrade Teles, da representante do Técnicos Administrativos 389 em Educação, Simone Leal Souza Coité, do Diretor Pro Tempore do Centro 390 391 Multidisciplinar de Luís Eduardo Magalhães, Professor Raphael Contelli Klein e da Coordenadora da Coordenação Geral dos Núcleos Docentes do Centro Multidisciplinar 392 de Luís Eduardo Magalhães, Professora Danuzza Dias Cavalcante, que se encontravam 393 na sala de videoconferência do campus de Luís Eduardo Magalhães, do Vice-Diretor Pro 394 Tempore do Centro Multidisciplinar de Bom Jesus da Lapa, Professor Tony Silva 395 Almeida e da Coordenadora da Coordenação Geral dos Núcleos Docentes do Centro 396 Multidisciplinar de Bom Jesus da Lapa, Professora Tayse Dantas Rebouças Santos 397 Ribeiro, que se encontravam na sala de videoconferência daquele campus, do Diretor 398 Pro Tempore do Centro Multidisciplinar de Santa Maria da Vitória, Professor Cícero 399 Félix de Souza e da Vice-Diretora Pro Tempore do Centro Multidisciplinar de Santa 400 Maria da Vitória Representando a Coordenadora da Coordenação Geral dos Núcleos 401 Docentes do Centro, Professora Vera Regiane Brescovici Nunes, ambos presentes na 402 sala de videoconferência do campus de Santa Maria da Vitória, do Vice-Diretor Pro 403 Tempore do Centro Multidisciplinar de Barra, Professor Jairo Torres Magalhães 404 Júnior e do representante dos discentes, Paulo Fernando Rocha de Oliveira, presentes 405 na sala de videoconferência do campus de Barra, para dar prosseguimento à reunião. A 406 Reitora Pro Tempore, Professora Iracema Santos Veloso, cumprimentou a todos os 407 conselheiros presentes em Barreiras e aos que se encontravam nos campi de Bom Jesus 408 da Lapa, Luís Eduardo Magalhães, Barra e Santa Maria da Vitória e passou a palavra ao 409 conselheiro Jacques Miranda, que deu continuidade à leitura das contribuições de um 410 membro da comunidade discente, Anderson Barbosa, que sugeriu o acréscimo do 411 regulamento de ensino no artigo sétimo que trata da Pesquisa e alterar a redação do artigo 412 nono, que trata dos projetos de extensão, a fim de permitir que o aluno possa coordenar 413 atividades de extensão, já que muitas vezes essas são criadas por eles. A conselheira Daniela Calado demonstrou preocupação com relação às atividades de extensão, já que

existem na Universidade apenas programas de iniciação a pesquisa e à docência, e a extensão fica à margem. Destacou a importância da participação dos estudantes nessas atividades e propôs que os estes também passassem pelo processo de iniciação à extensão com auxilio do docente. Com a palavra, o conselheiro Paulo Baqueiro discordou da proposta do discente Anderson Barbosa e afirmou o Conselho não fez nenhuma proposta que remetesse à incapacidade de os estudantes proporem atividades, mas o que se questionou foram as responsabilidades legais frente às atividades de extensão. Foi solicitada ainda alteração no décimo quarto artigo que trata dos títulos honoríficos, para que esses sejam estendidos também aos alunos que se destacarem. O conselheiro Jacques Miranda destacou que o mérito fica no âmbito da unidade e as honrarias certificadas são matérias dos regimentos internos dos conselhos diretores e, portanto, não houve tentativa de excluir os estudantes, e que o Título de Doutor Honoris Causa não leva em conta escolaridade, portanto os discentes podem ser contemplados. Após leitura das contribuições, o Conselheiro Jacques Miranda deu continuidade à leitura do vigésimo nono artigo que trata do número de vagas para representações no CONSUNI. O conselheiro destacou que o Técnico Administrativo em Educação no Consuni pode tanto ocupar a cadeira de representação da categoria, quanto pode ocupar algum cargo com cadeira prevista no Conselho e isso precisa ser levado em consideração na porcentagem de setenta por cento de docentes. Com a palavra, o conselheiro Paulo Fernando relatou uma preocupação com o quantitativo de representantes discentes no conselho, que apesar de estar maior, ainda continua sendo a categoria menos representada. Solicitou a revisão do quantitativo de representantes da categoria e questionou a representação estudantil a nível de colegiado de curso. Com a palavra, o conselheiro Jacques Miranda comentou que existe uma lei maior que define os quantitativos de docentes, técnicos e discentes, e destacou que trinta por cento é o numero destinado aos não docentes e que dessa porcentagem se decidiu destinar uma cadeira à sociedade civil, e até que a legislação seja modificada permanecerão essas proporções. A conselheira Simone Coité deu continuidade a leitura do parágrafo quarto até o parágrafo oitavo. O conselheiro Jacques Miranda destacou que todo o artigo se refere tanto à sociedade civil quanto à comunidade acadêmica. A conselheira Anatália Oliveira propôs a alteração da redação dos parágrafos primeiro e sexto. O conselheiro Jacques Miranda continuou a leitura da sessão dois, que trata do funcionamento das Instâncias Colegiadas de deliberação. A Presidente questionou como o conselheiro será informado de que está impedido de votar. O conselheiro Jaques Miranda informou que o conselho deve assegurar que os membros impedidos não votem. A conselheira Adriana Migliorini questionou de que forma o conselho dará ciência ao representante da comunidade externa de que ele representa um grupo no conselho. O conselheiro Poty Lucena propôs a retirada do inciso terceiro do artigo trinta. O conselheiro Jacques Miranda deu continuidade à leitura do artigo trinta e um e informou que os conceitos de maioria simples, maioria absoluta e maioria qualificada foram explicitados no texto para facilitar a compreensão. A presidente sugeriu a alteração da redação do artigo, para melhorar o entendimento. A conselheira Anatália Oliveira também solicitou a correção da redação do caput a fim de deixá-la coesa. A conselheira Simone Coité continuou com a leitura do artigo trinta e dois. A Presidente sugeriu a modificação da redação do parágrafo segundo, de forma que as reuniões fossem realizadas preferencialmente no período letivo. A presidente chamou a atenção para a necessidade de planejamento da Universidade para garantir a participação de todos os membros nas sessões. A conselheira Simone Coité continuou a leitura do parágrafo quarto

A.

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435 436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446 447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

8

J. D. D.

D 2000 191

Do Vo

parágrafo

quarto

463 do artigo trinta e dois. A conselheira Anatália Oliveira sugeriu a reescrita da redação do 464 parágrafo sétimo. A conselheira Simone Coité deu continuidade com a leitura dos parágrafos onze ao quatorze. A Presidente sugeriu a modificação da redação do parágrafo 465 quatorze no artigo trinta e dois. O conselheiro Jaques Miranda deu continuidade à leitura 466 467 do artigo trinta e três. A Presidente solicitou a modificação da redação do artigo. A conselheira Simone Coité deu continuidade à leitura dos parágrafos oito, nove, dez e onze, 468 469 e depois o artigo trinta e quatro. A presidente propôs a complementação da redação do 470 artigo. Com a palavra, o conselheiro Weriskiney Araújo questionou se o voto simbólico 471 será sempre a regra. Com a palavra, o professor Jaques Miranda afirmou que a regra geral 472 é a votação simbólica, mas em alguns casos será secreta. As dezoito horas, a Presidente 473 do Conselho, Professora Iracema Santos Veloso, encerrou a Reunião Extraordinária 474 Conjunta do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Oeste da Bahia, e nada a mais havendo a ser registrado, eu, 475 476 Nildete Machado, lavrei a presente ATA que segue assinada por mim e todos os presentes, 477 estando disponível na íntegra, gravada em formato digital. Barreiras, 28 de setembro de 2018. Ata aprorada nas runnios ordinarias do 478 longre da dua 24 de Janviro de 2019. Frem Leal Souza Caité isina de Souza Christiane França